

**ATA NÚMERO 212/XII/4.<sup>a</sup> SL**

**08.outubro.2014 – 10h00**

Aos 8 dias do mês de outubro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 10, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de atas**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. [Petição n.º 415/XII/3.<sup>a</sup>](#) da iniciativa **Plataforma - Associação de Pais pela inclusão**, que Defendem a inclusão de todos os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE's) e/ou deficiência, no sistema educativo português e pretendem a revogação da Portaria n.º 275-A/2012 -10h00**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputada Relatora:** Margarida Almeida - PSD

**5. Audiência às organizações sindicais da área da educação: FENPROF, ASPL, SINAPE, SEPLEU, SIPE, SIPPEB e SPLIU – 11h00**

**6. LIVRO VERDE - Aproveitar ao máximo o saber-fazer tradicional da Europa: a eventual extensão da proteção das indicações geográficas da União Europeia aos produtos não agrícolas [COM \(2014\) 469](#).**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do Parecer:** Maria José Castelo Branco - PSD

**7. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Rumo a uma abordagem integrada do património cultural europeu [COM \(2014\) 477](#).**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do Parecer:** Conceição Pereira - PSD

**8. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura e à aplicação provisória do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) [COM \(2014\) 495](#)**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do Parecer:** Maria José Castelo Branco – PSD

**9. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) [COM \(2014\) 496](#).**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do Parecer:** Maria José Castelo Branco - PSD

**10. Outros assuntos**

## 11. Data da próxima reunião

14 de outubro de 2014

---

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

### 2. Aprovação de atas

As [atas n.ºs 210 e 211](#), relativas às reuniões de 30 de setembro e 1 de outubro de 2014, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

Por solicitação da Sra. Deputada Rita Rato (PCP), a votação da ata da reunião de Mesa e Coordenadores, de 30 de setembro, foi adiada para a reunião seguinte da Comissão, para ser incluída a referência à proposta que apresentou de revisão das grelhas de tempo para as audições dos membros do Governo.

### 3. Comunicações do Presidente

**3.1.** O Sr. Presidente recordou que o debate no âmbito dos 25 anos do ensino profissional agrícola e a mostra das Escolas Agrícolas tinha inicialmente sido agendado para 7 outubro e devido às Jornadas Parlamentares do PCP foi reagendado para 11 de novembro, tendo informado que a alteração da data foi já autorizada pela Presidente da Assembleia da República.

Recentemente foram agendadas as audições dos membros do Governo no âmbito do Orçamento do Estado, verificando-se que no dia 11 novembro haverá duas audições, sendo às

10h00 a do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, incluindo o Secretário de Estado da Juventude e Desporto e às 15h00 a do Secretário de Estado da Cultura.

Entretanto, a organização do evento indicou que a data de 11 de novembro foi acordada com todos os oradores e Escolas Agrícolas participantes, para articular e garantir a sua disponibilidade (só não tendo confirmados os membros do Governo) e considerou que a eventual alteração da data poderia não garantir a presença dos oradores e de todas as Escolas, tendo solicitado a possibilidade de se manter essa data.

Nesta sequência e tendo presente o programa do evento, novamente distribuído, o Presidente da Comissão lembrou que estão previstas intervenções dos Grupos Parlamentares às 15h45, tendo questionado se seria possível manter o evento ou não. Complementarmente, referiu que iria também ser enviado convite à Comissão de Agricultura e Mar para participar no evento

A Deputada Isilda Aguincha (PSD) indicou que uma vez que a data do evento já anteriormente tinha sido alterada, o PSD concordava com a sua manutenção no dia 11 de novembro, assegurando a representação do PSD no mesmo. O Deputado Acácio Pinto (PS) e o Deputado Michael Seufert (CDS-PP) concordaram igualmente com a manutenção da data do evento, assegurando a representação dos respetivos Grupos Parlamentares no mesmo.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que compreendendo embora a situação, atentos os antecedentes e as dificuldades expostas pela organização, estava estabelecido o princípio de nas datas das audições dos membros do Governo não haver outras atividades, pelo

que teria de consultar previamente a direção do seu Grupo Parlamentar, para depois expressar a posição do PCP, tendo-se comprometido a dar a resposta com celeridade.

Na tarde desse dia a Deputada Rita Rato informou que o PCP discordava da realização do evento num dia em que há 2 audições, do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, incluindo o Secretário de Estado da Juventude e Desporto e do Secretário e do Estado da Cultura e bem assim da participação de membros do Governo na abertura e no encerramento do mesmo.

- 3.2. O Sr. Presidente recordou que se encontra agendado, para o dia 22 de outubro, a partir das 18h00, o Café de Ciência, subordinado ao tema “Qualidade do Ar: desafios do presente para as cidades do futuro”, tendo solicitado aos Srs. Deputados que, à semelhança do ano anterior, indiquem as questões que gostariam de ver esclarecidas durante o debate.
- 3.3. Foram ratificados os cartazes para a edição 2014/2015 do programa Parlamento dos Jovens, propostos pelo respetivo Grupo de Trabalho.

4. **Petição n.º 415/XII/3.ª da iniciativa Plataforma - Associação de Pais pela inclusão, que** Defendem a inclusão de todos os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE's) e/ou deficiência, no sistema educativo português e pretendem a revogação da Portaria n.º 275-A/2012 -10h00

O Sr. Presidente deu as boas-vindas às peticionárias presentes - Sara Martins, Marcelina Souscheck, Madalena Costa Ferreira, Ana Teresa Fernandes e Ana Bérnard da Costa – que começaram por enunciar os fundamentos que justificaram a apresentação da Petição e que, em síntese, se apresentam:

- Defendem a inclusão de todos os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE's) e/ou deficiência no sistema educativo português e solicitam a revogação da [Portaria n.º 275-A/2012, de 11 de setembro](#), por entenderem que é a escola inclusiva que garante a aprendizagem educativa e pedagógica a estes alunos, que os pode preparar para uma atividade e que deve providenciar todas as condições para a equidade e igualdade de oportunidades;
- Consideram que a referida Portaria impede estes alunos de integrarem turmas com redução de alunos, a partir do 10.º ano de escolaridade, não apresenta alternativas passíveis de qualquer opção pelo aluno ou seus familiares ou encarregados de educação, não promove a diversificação de áreas vocacionais e não tem em conta a heterogeneidade dos alunos;
- Entendem que os conteúdos não correspondem às exigências atuais do mercado de trabalho, nem conferem certificação que possa ser reconhecida profissional e socialmente, e concluem que, no final da escolaridade, estes alunos têm apenas como saída o encaminhamento para institucionalização.

Fizeram ainda uma resenha histórica do percurso da Educação Especial e do apoio aos deficientes nos últimos anos, para concluir que a Portaria constitui um retrocesso, visto pôr em causa a inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais nas escolas.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Odete João (PS) que considerou que o atual Governo tem contribuído para a destruição de respostas que estavam a ser oferecidas aos alunos NEE's, apontando o caso da Portaria n.º 275-A/2012, que prevê medidas discriminatórias e que não permitem a inclusão destes alunos. Lembrou ainda que estes jovens podem desempenhar um importante papel na sociedade e que a escola lhes está a negar esta oportunidade. Terminou, afirmando que o PS tudo fará, junto do Governo, no sentido de a Portaria ser revogada, visto que só o Governo o pode fazer.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) considerou que as reivindicações apresentadas são justas, referindo-se aos relatórios do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Grupo de Trabalho do Governo, que apontam no mesmo sentido. Afirmou que a legislação está a ser revista e que espera que a Portaria seja alterada, entendendo que a oferta de escola deve ser individualizada às características dos alunos e não o contrário. Questionou, por fim, sobre a eventual redução do número de alunos por turma quando a mesma integre alunos com Currículo Específico Individual (CEI) ou com Programa Educativo Individual (PEI).

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) começou por fazer referência às iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP, neste âmbito, e que foram rejeitadas, entendendo que a Portaria 275-A/2012 corresponde a uma opção política do Governo e representa o desinvestimento na escola pública, que compromete a igualdade de oportunidades para todos. Considerando que não é possível existir escola inclusiva sem turmas inclusivas, afirmou que o PCP assume o compromisso de continuar esta luta.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) considerou que a Portaria n.º 275-A/2012 consagra um modelo de segregação, que configura uma opção tomada por razões meramente economicistas. A separação dos alunos da escola de ensino regular representa, na sua opinião, uma regressão na capacidade de a escola poder incluir e preparar para a vida. Terminou, afirmando que o relatório do Conselho Nacional de Educação é bastante crítico em relação a esta matéria e que o BE continuará a batalhar contra este modelo.

A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) referiu-se à unanimidade que existe no seio do Grupo de Trabalho da Educação Especial quanto à necessidade de revogação da Portaria, por se entender que o conteúdo funcional deve ser da responsabilidade da escola ou, no caso de impossibilidade, de entidades parceiras. Reafirmou que a Portaria não responde às necessidades dos alunos com necessidades educativas especiais e que o Grupo de Trabalho estará atento às iniciativas que o Governo vier a apresentar, neste âmbito.

As petionárias lamentaram que a Portaria assuma a segregação, de forma explícita, e que não permita que sejam considerados os interesses, as características e as necessidades dos alunos, passando estes a estar confinados à “anormalidade”. Defenderam que estes alunos devem ser considerados como indivíduos de plenos direitos, pelo que não devem ser afastados da escola.

Para terminar, reafirmaram que a Portaria conduz à exclusão dos alunos com CEI, que são retirados das escolas e remetidos para instituições parceiras de Educação Especial, sem que sejam atendidos os seus interesses. Defendem que estes alunos devem adquirir conhecimentos académicos, para além dos funcionais, entendendo que uma certificação académica e profissional lhes permite a profissionalização numa determinada área.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, pode ser consultada na [página da Comissão, na internet](#).

#### **5. Audiência às organizações sindicais da área da educação: FENPROF, ASPL, SINAPE, SEPLEU, SIPE, SIPPEB e SPLIU – 11h00**

Estiveram presentes os representantes de 6 entidades (não esteve presente a SINAPE), identificados na [página da Comissão, na internet](#).

De harmonia com a grelha habitual de tempos das audiências, as entidades ouvidas dispõem de tempo para uma intervenção inicial, a que se seguem as intervenções dos Deputados e de tempo para uma intervenção final. O Professor Mário Nogueira (da FENPROF) solicitou que lhe fosse disponibilizado inicialmente o tempo que caberia às 2 intervenções, pedido que obteve o acordo da Comissão.

Referiu em primeiro lugar que pretendiam equacionar a colocação de professores e ainda a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC), tendo entregado um dossiê sobre a matéria, disponível na página da Comissão.

Fez depois uma resenha cronológica dos concursos de colocação de docentes, das irregularidades detetadas, nomeadamente a utilização de subcritérios que consideraram ilegais (exemplificando com casos concretos), das várias diligências que desenvolveram junto do Ministério da Educação e Ciência, bem como das respostas obtidas. Saliu a multiplicidade de professores que ainda se encontram por colocar e de alunos sem aulas.

Referiu ainda que estavam a decorrer naquela semana 2 concursos que iriam colocar muitos professores, decorria até 23 de outubro o período de apresentação de documentos pelos candidatos à mobilidade por doença ou acompanhamento, a que se seguiria o período de permutas e seriam entretanto corrigidos os erros verificados nas colocações, pelo que previa que os quadros de professores das escolas só ficassem estabilizados no final do 1.º período.

Nessa sequência, indicou as propostas das organizações sindicais em causa, em termos de divulgação das listas de colocações, atribuição de indemnizações aos docentes, levantamento e divulgação dos lugares por preencher, contagem do tempo de serviço dos docentes reportado a 1 de setembro, resposta urgente aos recursos dos docentes, autorização às escolas para estabelecerem formas de compensação das aulas perdidas e início do processo de revisão da legislação dos concursos.

Em relação à PACC, salientou que dos 36.000 candidatos que se apresentaram aos concursos, foram excluídos cerca de 8.000, com o fundamento de não aprovação na prova, tendo defendido que a mesma não era exigida aquando da abertura do concurso e da publicação da lista provisória de concorrentes. Saliu ainda que vários professores foram impedidos de fazerem a prova e vieram a ser excluídos das listas dos concursos, tendo solicitado a sua readmissão.

Está disponível na [página da Comissão, na internet](#), o documento que sintetiza a comunicação feita.

Interveio depois a Deputada Isilda Aguincha (PSD), que em primeiro lugar justificou a não realização da audiência mais cedo por dificuldade de articulação de agenda com a FENPROF. Reconheceu depois as dificuldades verificadas nos concursos e disse esperar que a situação seja regularizada tão rápido quanto possível e que não haja prejudicados.

Referiu que a questão dos subcritérios terá de ser reponderada e entendeu que é essencial que a estabilidade e a regularidade regressem e depois, eventualmente, se pondere a revisão da legislação.

O Deputado Acácio Pinto (PS) referiu que houve incompetência na colocação de professores e arrogância política do Ministério, tendo indicado que se verificaram erros nos vários concursos, de que deu exemplos. Indicou que a situação suscita muita preocupação e defendeu que deve haver consequências para a incompetência e a falta de rigor.

Referenciou ainda que se têm verificado também muitos problemas com a rescisão dos contratos e defendeu que o Ministro da Educação e Ciência e o 1.º Ministro deveriam retirar consequências da situação.

Concordou depois com a estratégia das Federações e informou que o PS tinha requerido a vinda do Ministro para dar esclarecimentos sobre o início do ano letivo, tendo o requerimento sido rejeitado e entretanto dirigiram uma pergunta ao Ministro sobre os concursos. Por último, indicou que o PS contesta a PACC nos termos em que foi feita.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) agradeceu os contributos e as sugestões, indicou que a Bolsa de Contratação de Escola é importante, embora possa afetar poucas pessoas, referiu que o erro na fórmula afetou poucos docentes e defendeu que a Bolsa é um bom compromisso entre a autonomia das escolas e uma maior transparência do processo.

Por último, indicou que o Ministro da Educação e Ciência estaria na sessão plenária naquele dia, para esclarecer a situação.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu que a situação é insustentável e inaceitável e exige uma resposta rápida. Referiu que os erros não são só incompetência, mas inseparáveis de um objetivo de descredibilização e fragilização da Escola Pública e recurso ilegal à precariedade na contratação de professores que respondem a necessidades permanentes. Mencionou o desacordo de sempre do PCP quanto à Bolsa de Contratação de Escola e da decorrente falta de transparência das colocações, e lembrou as propostas do PCP sobre a matéria na anterior legislatura.

Por último, referiu várias situações de professores excluídos dos concursos por não terem realizado a PACC, quando a não realização se deveu a motivos alheios à sua vontade.

O Deputado Luís Fazenda (BE) pediu a transparência de tudo o que foi feito, o levar das consequências até ao fim e defendeu a necessidade de se garantirem as compensações das aulas a todos os alunos.

A Deputada Heloísa Apolónia (PEV) referiu não se lembrar de nenhum ano em que tenham sido discutidas tão insistentemente as dificuldades no início do ano letivo. Saliu depois que o Ministro da Educação e Ciência, em 18 de setembro, reconheceu o erro, pediu desculpa e garantiu que nenhum professor seria prejudicado. Reiterou que tem de haver compensação das aulas e argumentou que não sabe se isso será suficiente. Manifestou ainda discordância em relação à indicação do Secretário de Estado de que os professores prejudicados deviam recorrer ao tribunal.

Por último, informou que o Grupo Parlamentar Os Verdes requereu potestativamente um debate de atualidade, exigindo a vinda do Ministro da Educação e Ciência naquele dia à sessão plenária, para prestar esclarecimentos.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na internet](#).

**6. LIVRO VERDE - Aproveitar ao máximo o saber-fazer tradicional da Europa: a eventual extensão da proteção das indicações geográficas da União Europeia aos produtos não agrícolas** [COM \(2014\) 469](#).

O parecer foi apresentado pela autora, Deputada Maria José Castelo Branco (PSD).

A Deputada Rita Rato (PCP) questionou os critérios de escrutínio das iniciativas europeias, nomeadamente no caso de relatórios e sobre o facto de não aditarem quaisquer elementos concretos à discussão da CECC. Informou ainda que o PCP se absteria, pelos princípios que radicam na lógica de mercantilização dos produtos não agrícolas no mercado único.

A Deputada Nilza de Sena (PSD), que se encontrava a presidir à reunião, manifestou concordância em relação à importância de se reequacionarem na Comissão os critérios de escrutínio das iniciativas europeias, tendo-se pronunciado no mesmo sentido a Deputada Isilda Aguincha (PSD). A Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) referiu que tinha considerado importante escrutinar a iniciativa por a mesma visar a valorização do património cultural.

Após o debate, o parecer da iniciativa foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção da Deputada do PCP.

**7. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** Rumo a uma abordagem integrada do património cultural europeu [COM \(2014\) 477](#).

O parecer foi apresentado pela autora, Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD), tendo sido aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, PS, CDS-PP, BE e PEV e a

abstenção do PCP, tendo a Sra. Deputada Rita Rato justificado esta posição com a matéria política da iniciativa, entendendo que nada pode desresponsabilizar os Estados-membros relativamente à valorização e preservação do seu património.

8. **Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à assinatura e à aplicação provisória do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) [COM \(2014\) 495](#)

A Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), autora do parecer, justificou a apresentação de um parecer conjunto para a [COM \(2014\) 495](#) e a [COM \(2014\) 496](#), por as mesmas respeitarem a duas fases do mesmo Acordo de Cooperação, tendo depois feito a apresentação do mesmo.

O parecer das iniciativas foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, PS, CDS-PP e PCP.

9. **Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à celebração do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) [COM \(2014\) 496](#).

Parecer conjunto com a [COM \(2014\) 495](#).

#### 10. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

#### 11. Data da próxima reunião

14 de outubro de 2014

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de outubro de 2014

**O PRESIDENTE**

**(Abel Baptista)**

Ata aprovada na reunião de 15 de outubro de 2014.

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Duarte Marques  
Heloísa Apolónia  
Inês de Medeiros  
Isidro Araújo  
Isilda Aguincha  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Rita Rato  
Rui Pedro Duarte  
Diana Ferreira  
Emília Santos  
Inês Teotónio Pereira  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Enes  
Elza Pais  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria da Conceição Caldeira